

IAB: um século de arquitetura e urbanismo pela democracia, cultura e direito à cidade.

26 de janeiro de 2021

Nesta data, 26 de janeiro de 2021, o Instituto de Arquitetos do Brasil completa 100 anos de existência.

Do Museu Nacional de Belas Artes - MNBA, no centro da Cidade do Rio de Janeiro, irradiam as celebrações do Ano do Centenário.

Há razões para tanto:

1 - As afetivas: em 26 de janeiro de 1921, um grupo de engenheiros-arquitetos fundou, na Sala de História e Teoria da então Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Brasileiro de Arquitetos, que passou a se chamar, em 1934, Instituto de Arquitetos do Brasil. O atual Museu Nacional de Belas Artes foi - pode-se dizer - o berço do IAB.

2 - As culturais: o MNBA é um dos mais importantes museus do mundo, repositório de expressivo acervo representativo das artes no Brasil, e seu edifício é importante exemplar de arquitetura.

3 - E as razões políticas: celebrar o Centenário de uma entidade presente no cenário nacional - por sua luta intransigente pela democracia, pela liberdade e pela cultura - no coração da cidade que ostenta o título de Capital Mundial da Arquitetura e que sediará o XXVII Congresso Mundial de Arquitetura UIA2021RIO, promovendo um encontro fraterno e real entre povo, arquitetura e cidade, tem significado especial.

Comemorar o Centenário lado a lado com o MNBA é motivo de orgulho e alegria para o IAB. A arquitetura é uma das mais visíveis e permanentes manifestações e expressões da capacidade criativa do ser humano, e sua dimensão cultural, civilizatória e libertária tem valor inestimável na história de uma nação. O grupo de profissionais que se reuniu em 1921 na Sala de História e Teoria da ENBA para fundar o IAB tinha como seus objetivos mais importantes a defesa da cultura nacional e a promoção da arquitetura como expressão extraordinária e legítima da brasilidade. Esse compromisso, atualíssimo, persiste até hoje.



Tudo, decerto, estaria a justificar que esta comemoração – o Centenário do IAB – fosse celebrada com muita alegria e festejos. Mas os tempos não são esses, e vivemos, novamente, momentos sombrios de nossa história. Assistimos a destruição e o desvirtuamento de instituições essenciais à democracia, instituições que deveriam ser guardiãs de nosso povo, nossa memória e nosso futuro. A tragédia sanitária e a ameaça totalitária somam-se a uma realidade já cruel para a maioria do povo brasileiro. Nossas cidades sofrem o efeito do descuido e da ganância, nossas riquezas são expatriadas, nosso povo explorado, nossa juventude tem seu futuro arrancado.

A história centenária do IAB foi construída com dedicação, luta e ação política. No cenário político, as manifestações pelo fim da ditadura Vargas, pela libertação dos presos políticos e pela convocação de uma assembleia constituinte repetiram-se no palco da luta contra a ditadura militar imposta pelo golpe de 1964. Na defesa de valores fundamentais da sociedade brasileira pelo restabelecimento da democracia- liberdade de expressão, anistia, Diretas Já - o IAB uniu forças com entidades progressistas, como a OAB, a ABI, a CNBB, a SBPC. Nessa trajetória, muitos arquitetos e arquitetas, entre tantos brasileiros e brasileiras, foram perseguidos politicamente, presos e torturados. A Universidade e os órgãos de planejamento sofreram duro revés com a cassação de professores, técnicos e pesquisadores.

Desde o início dos anos 40, com as Comissões de Estudo sobre Urbanismo, até a reafirmação da importância e da urgência da Assistência Técnica, o direito à moradia, finalmente considerado direito constitucional, tem sido uma das bandeiras mais importantes do Instituto. Já nos anos 60 o IAB alertava para o fato de que a política habitacional não pode estar restrita, exclusivamente, à construção de unidades destinadas à venda.

Precedido pela I Jornada Brasileira de Habitação realizada um ano antes, em 1963 o Seminário de Habitação e Reforma Urbana - o Homem, sua Casa, sua Cidade - reuniu diversos setores da sociedade brasileira, sob a liderança do IAB, para incluir na agenda de reformas de base a ideia de uma Reforma Urbana. O projeto seria interrompido de maneira abrupta e violenta.

Na luta pela redemocratização do país, estivemos presentes na campanha para a inclusão da questão urbana na Constituição Cidadã, e depois na concepção do Estatuto da Cidade e do Estatuto das Metrôpoles, partes de um projeto em construção, sempre sob a ameaça das forças reacionárias. Décadas depois, o Direito à Cidade é ainda uma aspiração dos movimentos sociais, daqueles que defendem uma cidade justa e igualitária.

No campo legislativo, a apresentação de projetos como a Lei da Casa Própria, de 1959, e propostas para a criação de instâncias específicas para tratar das cidades e da habitação têm pautado a atuação do IAB, como a ideia de um Ministério de Habitação e Urbanismo, em 1954, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, extinto mais tarde, ao lado dos Ministérios do Trabalho e da Cultura, como consequência do golpe de 2016.

A defesa da ciência e da tecnologia acompanha toda a trajetória do IAB, desde a discussão sobre materiais de construção nacionais que atendessem à produção de habitação, nos anos 40, a relação entre indústria e arquitetura, nos anos 50, até a ênfase em sustentabilidade urbana e das edificações, sintonizados com as agendas Habitat e dos objetivos do Milênio.

Ao longo de sua história, o IAB consolidou a compreensão de que, entre os direitos fundamentais do homem se inclui a habitação e o direito a cidades saudáveis, justas,

equitativas e generosas. E, principalmente, de que o acesso massivo à arquitetura e ao urbanismo depende de ações políticas.

Neste momento de celebração, dois males, entre tantos que assolam o mundo, pautam nossa atuação: o primeiro, a tragédia da COVID-19. No Brasil - com mais de 200 mil mortos e de 8 milhões de infectados - o negacionismo de autoridades, as disputas políticas em torno de ações sanitárias, a ausência sistemática do Estado em liderar ações e a falta de planejamento para enfrentamento da doença multiplicaram suas alarmantes consequências. A pandemia escancarou as desigualdades e a precariedade de nossos assentamentos. A falta de saneamento básico e de condições mínimas de habitabilidade torna recomendações sanitárias elementares, como lavar as mãos e manter afastamento social, medidas impossíveis.

O IAB, na data em que celebra seu Centenário, solidariza-se com as famílias de todas as vítimas e se junta aos que clamam, com vigor, por ações efetivas, urgentes e concretas das autoridades para mitigar os efeitos da COVID-19. Com gratidão, homenageia os profissionais da saúde que, com denodo, muitas vezes desamparados e com poucos recursos, enfrentam, com coragem e dedicação, a luta cotidiana contra a pandemia.

O segundo são os ataques sistemáticos à democracia, no Brasil e no mundo, comprovando que esse sistema político, até hoje a melhor maneira de se gerir a coisa pública, pode, como se registrou num dos seus até então grandes símbolos democráticos, o Capitólio, sofrer ataques e agressões e demonstrar fragilidade. Resta a lição recorrente de que a democracia, para ser um sistema de governo forte e eficaz, necessita de cuidados, de atenção e de permanente vigilância da cidadania.

O IAB, na data de seu Centenário, reitera e manifesta enfaticamente sua adesão incondicional à democracia e seu compromisso de luta e defesa das conquistas civilizatórias tão arduamente alcançadas.



Em 2021, o IAB lança seu olhar para os próximos 100 anos, ao lado das entidades que defendem a democracia e as liberdades democráticas, elevando nossa voz contra as arbitrariedades e os desmandos que enfrentamos e enfrentaremos cada vez mais.

Propõe inscrever suas lutas nas formas de organização e na prática cotidiana, como força política transformadora a consolidar a responsabilidade técnica e social dos arquitetos e de sua prática profissional, a tornar a arquitetura e o urbanismo bens acessíveis a todos os brasileiros.

Discutir e divulgar a arquitetura brasileira genuína, atenta aos problemas de nossa época e de nosso povo, que busque na memória o sentido do futuro, e que abra caminhos para os milhares de jovens arquitetas e arquitetos mostrarem com seu trabalho os rumos de um país onde todos possamos viver. Um lugar comum, justo, solidário, generoso e amoroso.

Eliminar as desigualdades arraigadas na sociedade brasileira e extirpar todas as formas de preconceito e discriminação, desconstruindo as manifestações patriarcais e xenófobas em todos os aspectos da vida: na profissão, na sociedade, nas instituições.

Reunir esforços contra o desmonte da indústria nacional, da ciência, da cultura e dos direitos sociais e econômicos, contra a exploração do trabalho, e contra a expansão da agropecuária de exportação e do extrativismo, determinantes do quadro de um projeto de dependência que nos afasta a cada dia de qualquer aspiração emancipatória.

Lutar contra a desigualdade histórica no acesso à terra - rural ou urbana - a qual se reflete nos grandes temas atuais: identitários, ambientais, alimentares, econômicos, consciente de que não haverá solução alheia à afirmação do acesso à terra como direito, bem comum e fundamental à vida.

Construir caminhos para o acesso à arquitetura e ao urbanismo por todos os setores de nossa sociedade, sobretudo pelos mais pobres, garantindo o direito à habitação para todas as pessoas, no seio de cidades inclusivas, igualitárias, harmônicas e belas.

Promover os Concursos de Projetos como modalidade predominante para a realização de obras públicas, instrumento essencial para a qualidade do espaço construído, a valorização do projeto e da arquitetura, a democratização do acesso à profissão, e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Exigir a retomada das garantias trabalhistas, defender de modo intransigente o Sistema Único de Saúde com gestão pública e acesso universal e igualitário, exigir a universalização da educação pública e gratuita em todos os níveis e garantir a acessibilidade de todos.

Exigir que o Estado cumpra seu papel constitucional fundamental de planejamento da vida nacional, de proteção da soberania do país, de defesa dos bens coletivos e de prover acesso dos cidadãos e cidadãs aos serviços e direitos essenciais à vida contemporânea.

O nosso tempo exige de nós a defesa de valores humanitários fundamentais aliados à preservação da vida do planeta - não há um sem o outro. Assim, afirmamos a luta pela proteção do ambiente natural e do patrimônio cultural como direito de todos e obrigação do Estado, a defesa dos povos originários e de seu direito aos territórios que reivindicam, a construção de um habitat sustentável pela adoção de um modelo de produção e consumo que elimine as práticas predatórias e a urgência de incentivos maciços à ciência, à tecnologia e à cultura, tríade fundamental para a tomada de decisões públicas e privadas de garantia das condições sanitárias, climáticas, ambientais e de inclusão social plena.



Tudo isso – uma rica e linda história centenária – será celebrado com entusiasmo e coragem, debates, memórias, brindes, em todo o país, pela rede federativa de Departamentos e Núcleos do IAB. Essa celebração, muito além de uma festa, é o registro do compromisso cotidiano e revigorado com a democracia, a liberdade e a cultura, um compromisso ante a realidade objetiva e concreta do mundo e do Brasil. E este registro revela-se como um projeto de futuro - ao celebrar 100 anos, o IAB socializa seu patrimônio documental.

No dia do Centenário, o IAB reafirma sua convicção de que projetamos e planejamos porque acreditamos que o mundo pode ser melhor do que é, desenhado a muitas mãos, a partir do reconhecimento da dignidade e da liberdade de todas as pessoas. E que as propostas expressas neste **MANIFESTO** somente serão alcançadas em sua plenitude quando também houver **DEMOCRACIA** em sua plenitude.

Assinam este documento, ao lado da presidente Maria Elisa Baptista, todos os ex-presidentes, conselheiros vitalícios:

Telmo Magadan

Antônio Carlos Campello Costa

Ciro Felice Pirondi

Romeu Duarte Jr

Gregório Repsold

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz

Gilberto S. Domingues de Oliveira Belleza

João Virmond Suplicy Neto

Gilson Paranhos

Sérgio Ferraz Magalhães

Nivaldo Vieira de Andrade Junior

Aprovado por unanimidade na

166ª Reunião do Conselho Superior do IAB –COSU do Centenário